

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES

1. Este caderno contém o Simulado 01, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha versando sobre os conteúdos relativos aos seguintes Grupos Temáticos, na proporção da Prova Preambular.
 - Grupo Temático I: Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, Direito Financeiro e Tributário e Teoria Geral do Ministério Público (questões 1 a 13).
 - Grupo Temático II: Direito Penal e Criminologia e Direito Processual Penal (questões 14 a 26).
 - Grupo Temático III: Direito Civil e Direito Processual Civil (questões 27 a 38).
 - Grupo Temático IV: Direito Material Coletivo e Direito Processual Coletivo (questões 39 a 50).
2. Caso este caderno esteja incompleto ou apresente qualquer irregularidade, o(a) candidato(a) deve comunicar o fato à equipe do curso.
3. O candidato **NÃO** pode consultar legislação, anotações ou qualquer outro material durante a resolução do simulado.
4. Durante a resolução, o(a) candidato(a) **NÃO** deve interromper a prova. Reproduza, tanto quanto possível, as condições do dia do concurso.
5. Cada questão tem 5 (cinco) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, das quais somente uma deve ser assinalada.
6. A duração sugerida do simulado é de **2 horas e 30 minutos**, tempo proporcional às 4 horas da Prova Preambular de 80 questões, já incluído o preenchimento da **Folha de Respostas**.
7. Ao utilizar a **Folha de Respostas** que antecede as questões:
 - confira seu nome e número de inscrição.
 - assine, **a tinta**, no espaço próprio indicado.

ATENÇÃO: FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

8. Transcreva no espaço apropriado da sua **FOLHA DE RESPOSTAS**, com sua caligrafia usual, mantendo as letras maiúsculas e minúsculas, desconsiderando aspas e autoria, a seguinte frase:
“A justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu direito.” Ulpiano

9. Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

	A	B	C	D	E
01	☒	☐	☐	☐	☐
	A	B	C	D	E
02	☐	☒	☐	☐	☐
	A	B	C	D	E
03	☐	☐	☒	☐	☐
	A	B	C	D	E
04	☐	☐	☐	☒	☐

- use apenas caneta esferográfica azul ou preta;
 - preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
 - assinale somente **uma** alternativa em cada questão.
- Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou rasuras.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A **Folha de Respostas** do **SIMULADO** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

O gabarito comentado do simulado traz a fundamentação de cada alternativa, com a lei, a jurisprudência e a doutrina que decidem a questão.

FOLHA DE RESPOSTAS
(RASCUNHO)

01	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
02	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
03	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
04	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
05	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
06	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
07	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
08	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
09	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
10	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
11	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
12	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
13	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
14	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
15	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
16	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
17	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
18	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
19	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
20	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
21	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
22	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
23	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
24	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
25	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
26	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
27	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
28	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
29	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
30	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
31	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
32	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
33	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
34	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
35	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
36	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
37	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
38	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
39	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
40	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
41	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
42	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
43	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
44	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
45	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
46	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
47	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
48	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
49	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐
50	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☐	☐

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.
USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

QUESTÃO 1

Sobre os métodos e os princípios de interpretação constitucional, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O método tópico-problemático toma a Constituição como sistema aberto de regras e princípios e parte do problema concreto para a norma, sendo criticado por abrir espaço a casuísmos e por inverter o caminho do intérprete, que deveria partir da norma para o caso.
- B) O método hermenêutico-concretizador parte da Constituição para o problema e reconhece a pré-compreensão do intérprete, que atua como mediador entre a norma e a situação concreta, num movimento de ir e vir conhecido como círculo hermenêutico.
- C) O método normativo-estruturante distingue texto e norma, de modo que a norma resulta da conjugação entre o programa normativo, extraído do texto, e o domínio normativo, isto é, o recorte da realidade social que o preceito pretende conformar.
- D) O princípio da justeza ou da conformidade funcional impõe ao intérprete a busca da maior efetividade social possível da norma constitucional, preferindo, entre os sentidos possíveis, aquele que mais amplie o alcance prático dos direitos previstos.
- E) A proposta da sociedade aberta dos intérpretes desloca o foco dos métodos para os sujeitos da interpretação e defende a ampliação do círculo de intérpretes, ideia que se reflete na admissão do amicus curiae e na realização de audiências públicas.

QUESTÃO 2

À luz da jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal sobre direitos e garantias fundamentais, é **CORRETO** afirmar:

- A) São nulas as provas obtidas na persecução de crime sexual com desrespeito à dignidade, honra, intimidade e integridade psicológica da vítima, por ação ou omissão do juiz e dos demais atores processuais, podendo a nulidade ser decretada de ofício.
- B) A proteção constitucional à maternidade e ao mercado de trabalho da mulher não permite impor ao shopping center o dever de manter espaço para amamentação das empregadas dos lojistas, porque ele não é o empregador direto dessas trabalhadoras.

- C) É inconstitucional a regra que obriga os partidos a aplicar percentual mínimo dos recursos do fundo eleitoral e do Fundo Partidário em candidaturas de pessoas pretas e pardas, por ofensa à igualdade formal entre candidatos e à autonomia partidária.
- D) As medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) só podem ser aplicadas quando a violência de gênero ocorrer no âmbito doméstico, familiar ou em relação íntima de afeto entre o agressor e a vítima.
- E) Incide contribuição previdenciária sobre a prestação paga pelo INSS à segurada afastada do trabalho em razão de violência doméstica, por se tratar de verba de natureza remuneratória, equiparada ao salário que ela deixou de receber.

QUESTÃO 3

Considerando a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal sobre a repartição de competências legislativas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É constitucional lei estadual que obriga as operadoras de planos de saúde a disponibilizar meio físico alternativo de identificação do usuário quando exigido aplicativo ou token digital, desde que não interfira no conteúdo essencial dos contratos.
- B) É inconstitucional lei distrital que proíbe a implantação de portaria virtual em condomínios com maior número de unidades e impõe seguros específicos aos que já adotam o sistema, por invadir a competência privativa da União.
- C) É constitucional lei estadual que prevê sanções administrativas para a divulgação de informações falsas sobre epidemias, endemias e pandemias, por se tratar de exercício da competência concorrente em matéria de proteção e defesa da saúde.
- D) É inconstitucional lei estadual que condiciona a instalação e o funcionamento de estações rádio-base de telefonia celular a licenciamento ambiental estadual, por invadir a competência privativa da União sobre telecomunicações.
- E) É constitucional lei estadual que assegura aos pais o direito de vedar a participação dos filhos em atividades pedagógicas sobre gênero nas escolas públicas e privadas, pois os Estados têm competência concorrente para legislar sobre educação.

QUESTÃO 4

Considere as assertivas a seguir sobre o processo e o julgamento das ações do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- I. Proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admite desistência nem intervenção de terceiros, mas o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, pode admitir a manifestação de outros órgãos ou entidades.
- II. Declarada a inconstitucionalidade por omissão imputável a órgão administrativo, as providências necessárias deverão ser adotadas no prazo de trinta dias, sendo vedado ao Tribunal fixar prazo diverso, ainda que em caráter excepcional.
- III. Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda em período de recesso, o relator pode conceder a liminar ad referendum do Tribunal Pleno, e a decisão final é irrecorrível e não pode ser objeto de ação rescisória.
- IV. A restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade exige maioria absoluta dos membros do Tribunal na ação direta de inconstitucionalidade, ao passo que, na arguição de descumprimento de preceito fundamental, exige maioria de dois terços.

É **CORRETA** a seguinte alternativa:

- A) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- D) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- E) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 5

Sobre a improbidade administrativa após a Lei nº 14.230/2021, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Segundo o STJ, apesar da regra que fixa o foro do local do dano ou da pessoa jurídica prejudicada, a ação de improbidade que envolva dano de âmbito nacional pode ser proposta no foro da capital do Estado ou no do Distrito Federal, à escolha do autor.
- B) Segundo o STJ, o deslocamento superveniente da ação penal correlata para outro juízo não acarreta, por si só, a modificação da competência já fixada para a ação de improbidade, em razão da independência entre as instâncias cível e penal.

- C) Segundo o STF, sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado podem responder por improbidade quando comprovada sua participação dolosa, sendo inconstitucional a exigência de obtenção de benefícios diretos.
- D) Segundo o STF, é constitucional o caráter taxativo das condutas descritas como atos que atentam contra os princípios da administração pública, bem como a exclusão da suspensão dos direitos políticos nas condenações por essa espécie de ato.
- E) Segundo o STJ, a multa civil imposta ao agente ímprobo transmite-se aos seus herdeiros até o limite do valor da herança, pois o regime atual sujeita o sucessor a todas as cominações legais aplicáveis ao autor do ato de improbidade.

QUESTÃO 6

À luz da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é **CORRETO** afirmar:

- A) É inexigível a licitação para a contratação de serviços de publicidade e divulgação prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual.
- B) Se a paralisação ou a anulação do contrato não se revelar medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos.
- C) A contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, exige que ele seja consagrado, cumulativamente, pela crítica especializada e pela opinião pública, sob pena de ser necessária a licitação.
- D) Os valores que autorizam a dispensa de licitação para obras, serviços de engenharia e demais serviços e compras de menor valor serão duplicados quando a contratação for realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista.
- E) Para aferir se a contratação respeita os limites de valor da dispensa, considera-se isoladamente o valor de cada contratação, sendo irrelevante o somatório despendido no exercício financeiro com objetos de mesma natureza.

QUESTÃO 7

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil do Estado, é **CORRETO** afirmar:

- A) Segundo o STF, em caso de morte ou ferimento decorrente de operação de segurança pública, cabe à vítima provar que o disparo partiu de arma de agente estatal, de modo que a perícia inconclusiva sobre a origem do projétil afasta a responsabilidade.
- B) Segundo o STJ, a imprescritibilidade das pretensões indenizatórias por atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais durante o regime militar alcança os danos morais, mas não os danos materiais.
- C) Segundo o STF, a responsabilidade do Estado pela morte de detento funda-se na teoria do risco integral, de modo que o ente responde ainda que demonstre que o óbito não poderia ser evitado, como no suicídio imprevisível.
- D) Segundo o STJ, a prescrição quinquenal das ações contra a Fazenda Pública não se aplica à pretensão de reparação civil por execuções sumárias atribuídas a forças policiais em contexto de grave e sistemática violação de direitos humanos.
- E) Segundo o STJ, a imprescritibilidade da pretensão de indenização por tortura praticada por agentes estatais restringe-se aos fatos ocorridos no regime de exceção, incidindo o prazo quinquenal sobre a tortura praticada após 1988.

QUESTÃO 8

Considerando a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça sobre o regime jurídico dos agentes públicos, é **CORRETO** afirmar:

- A) A remoção de servidor público federal por motivo de saúde própria, do cônjuge ou de dependente é ato discricionário, de modo que a existência de tratamento na localidade de lotação autoriza o indeferimento, ainda que a junta médica oficial aponte o convívio familiar como decisivo.
- B) Nas relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública é devedora, a prescrição do fundo de direito depende de negativa expressa, em ato normativo de efeito concreto ou ato administrativo formalizado e com ciência ao servidor, não bastando a inércia em implantar a vantagem.

- C) No concurso da magistratura federal, a ausência de modelo de correção e de gabarito de respostas na etapa oral viola o dever de motivação dos atos administrativos e impõe a anulação da fase, ainda que o candidato possa recorrer para questionar a legalidade da arguição.
- D) Reconhecido que a greve de servidores foi provocada por conduta ilícita da Administração, como a omissão de anos em regulamentar vantagem prevista em lei, o desconto dos dias parados continua obrigatório, pois só a existência de acordo de compensação afasta o corte da remuneração.
- E) A demora de anos da Administração em regulamentar bônus remuneratório previsto em lei não configura conduta ilícita apta a legitimar a greve dos servidores, porque a edição do regulamento se insere na discricionariedade do Poder Executivo, sem prazo a ser observado.

QUESTÃO 9

Considerando a Constituição da República e a LC nº 64/1990 (Lei das Inelegibilidades), com as alterações promovidas pela LC nº 219/2025, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Prefeito ou de quem o haja substituído nos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- B) A demissão do serviço público, em processo administrativo ou judicial, gera inelegibilidade por oito anos contados da decisão somente quando o fato que lhe deu causa for equiparado a ato de improbidade, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.
- C) Para a inelegibilidade por rejeição de contas e por condenação por improbidade, considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), não bastando a voluntariedade.
- D) Para concorrer aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, as autoridades policiais, civis ou militares, em exercício no Município devem afastar-se de suas funções nos seis meses anteriores ao pleito, prazo que antes era de quatro meses.

- E) O servidor público licenciado para concorrer a cargo eletivo cujo pedido de registro foi indeferido por decisão transitada em julgado pode manter o afastamento até a data da eleição, sem responsabilização administrativa, enquanto prosseguir a campanha do partido.

QUESTÃO 10

Considerando a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça em matéria tributária, é **CORRETO** afirmar:

- A) A pessoa física que exerce serviço notarial ou registral não é contribuinte do salário-educação, por não se enquadrar na definição de contribuinte da legislação do tributo, e a inscrição da serventia no CNPJ não altera essa conclusão.
- B) O ICMS-DIFAL devido nas operações interestaduais integra a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, porque é recolhido ao Estado de destino e não se submete ao entendimento que excluiu o ICMS próprio dessa base.
- C) O comerciante varejista de combustíveis, sujeito ao regime monofásico da Contribuição ao PIS e da COFINS, passou a ter direito à obtenção e à manutenção de créditos vinculados à aquisição de combustíveis depois da LC nº 192/2022.
- D) O adicional da COFINS-Importação deixa de ser devido quando a alíquota ordinária é reduzida a zero para produtos farmacêuticos e para os destinados a hospitais e clínicas, pois o adicional segue a sorte da alíquota principal.
- E) Os bloqueios no Fundo de Participação dos Municípios por dívidas com contribuições previdenciárias sujeitam-se aos limites de 9% da cota-parte e de 15% da receita corrente líquida previstos na lei que disciplina o parcelamento desses débitos.

QUESTÃO 11

O Prefeito do município de Pirapora, candidato à reeleição, pretende conceder benefícios fiscais e reajustar a remuneração dos servidores no último ano do mandato. À luz da LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos e outros benefícios de tratamento diferenciado.

- B) As exigências para a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita não se aplicam às alterações das alíquotas dos impostos de importação, de exportação, sobre produtos industrializados e sobre operações financeiras, nem ao cancelamento de débito inferior ao custo da cobrança.
- C) A nulidade do ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder não se aplica durante o período de reeleição, porque o Prefeito candidato a novo mandato não terá seu ciclo de gestão efetivamente encerrado.
- D) Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite, fica vedado ao Poder que incorreu no excesso o provimento de cargo público, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- E) Se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato, o Poder fica imediatamente impedido de receber transferências voluntárias, de obter garantia de outro ente e de contratar operações de crédito, ressalvadas as exceções legais.

QUESTÃO 12

Considerando a Constituição da República e a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), analise as assertivas a seguir:

- I. O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, cabível, entre outros casos, no exercício da advocacia e no abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos, ação essa proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça, após autorização do Colégio de Procuradores.
- II. Quando, no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente os autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração, sendo prerrogativa do membro não ser indiciado em inquérito policial.
- III. As notificações e requisições expedidas em procedimento investigatório pelo Promotor de Justiça natural podem ser encaminhadas diretamente ao Governador do Estado, aos membros do Poder Legislativo e aos desembargadores, sem intermediação do Procurador-Geral de Justiça.
- IV. Aplica-se aos membros do Ministério Público a vedação de exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

É **CORRETA** a seguinte alternativa:

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- D) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- E) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 13

Sobre a evolução histórica do Ministério Público nas Constituições brasileiras e os perfis demandista e resolutivo de atuação da instituição, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na concepção hoje adotada, a atuação resolutiva restringe-se ao plano extrajudicial e à tutela coletiva, de modo que o ajuizamento de ações e a atuação na área penal pertencem exclusivamente ao perfil demandista, tido como modelo a ser superado.

- B) Os perfis demandista e resolutivo são de necessária convivência e se complementam, pois, não obtida a solução pela via extrajudicial, entra em cena a atuação judicial, que passa a ser vista como última trincheira para a resolução do conflito.
- C) O Ministério Público demandista atua perante o Poder Judiciário como agente processual, transferindo a ele a resolução dos problemas sociais, enquanto o resolutivo atua no plano extrajudicial como intermediador e pacificador da conflituosidade social.
- D) A Constituição de 1967 situou o Ministério Público no capítulo do Poder Judiciário, e a Emenda Constitucional nº 1/1969 deslocou-o para o Poder Executivo, vínculo que a Constituição de 1988 diluiu ao vedar a representação judicial de entidades públicas.
- E) A Constituição de 1824 não se referiu ao Ministério Público, a de 1891 apenas mencionou o Procurador-Geral da República, e a de 1934 institucionalizou expressamente a instituição, entendida então como órgão de cooperação nas atividades governamentais.

GRUPO TEMÁTICO II

QUESTÃO 14

Sobre a delimitação entre dolo eventual e culpa consciente, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Pela teoria da probabilidade, também chamada de teoria da cognição, há dolo eventual quando o agente entende a lesão ao bem jurídico como provável, e não apenas como possível; se a representou como meramente possível e ainda assim agiu, há culpa consciente.
- B) Pela teoria do levar a sério, o dolo eventual combina, no nível intelectual, a consideração séria da possível produção do resultado típico e, no nível emocional, o consentimento nela, ao passo que, na imprudência consciente, o agente confia em evitar o resultado.
- C) Pela teoria do consentimento, da assunção ou da aprovação, o dolo exige que o agente, além de considerar o resultado possível, consinta em causá-lo, o que se ilustra pela fórmula hipotética segundo a qual o autor pensa que, ocorra este ou outro resultado, em todo caso atua.

- D) Pela teoria do perigo a descoberto, a distinção entre dolo eventual e culpa consciente se faz apenas no tipo subjetivo, a partir da atitude de indiferença do agente, sendo irrelevante se a não ocorrência do resultado lesivo ficou entregue à sorte ou ao acaso.
- E) Agentes que, no roubo, trocam o cinto de couro que apertariam no pescoço da vítima por um saco de areia, por temerem matá-la, e, rompido o saco, voltam ao cinto, agem com dolo eventual quanto à morte, pois a retomada do plano revela consentimento no resultado previsto.

QUESTÃO 15

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre os crimes contra o patrimônio, é **CORRETO** afirmar:

- A) Não se admite o privilégio no furto qualificado, ainda que o agente seja primário, a coisa seja de pequeno valor e a qualificadora seja de ordem objetiva, porque a forma qualificada, por sua maior gravidade, absorve a figura privilegiada.
- B) No furto qualificado pelo concurso de agentes, é possível aplicar, por analogia e em respeito à proporcionalidade, a majorante prevista para o roubo cometido em concurso de pessoas, em lugar da qualificadora própria do furto.
- C) A existência de sistema de vigilância por monitoramento eletrônico ou de seguranças no interior do estabelecimento comercial torna, por si só, impossível a configuração do furto, em razão da ineficácia absoluta do meio empregado.
- D) O roubo só se consuma quando o agente obtém a posse mansa e pacífica da coisa, de modo que a perseguição imediata seguida da recuperação do bem, logo após a inversão da posse, leva ao reconhecimento da forma tentada.
- E) A extorsão, embora seja crime formal, admite a forma tentada quando, apesar da ameaça, a vítima não pratica qualquer conduta em decorrência do constrangimento, sem nenhum início de submissão à exigência feita pelo agente.

QUESTÃO 16

Considerando a legislação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre crimes contra a dignidade sexual e contra a Administração Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) No assédio sexual, a ameaça de prejudicar ou a promessa de favorecer a vítima não são elementares do tipo, e o crime pode configurar-se por meio de atos que evidenciem o intuito sexual implícito do agente que se prevalece da superioridade hierárquica.
- B) Não há bis in idem na imputação de peculato-desvio e de corrupção passiva quando a denúncia trata os delitos de forma individualizada, nem na de fraude à licitação e corrupção passiva, pois a forma majorada desta pune com mais rigor quem pratica o ato priorizando o interesse particular.
- C) A coincidência temporal entre o recebimento indireto de vantagem indevida, na corrupção passiva, e atos autônomos de ocultação ou dissimulação não autoriza o reconhecimento de crime único, se atingida a tipicidade objetiva e subjetiva própria da lavagem de dinheiro.
- D) Nos fatos praticados após a alteração legislativa de 2026, a presunção de vulnerabilidade da vítima menor de 14 anos no estupro de vulnerável pode ser relativizada quando houver diferença etária reduzida, anuência familiar e relação afetiva estável com formação de família.
- E) No peculato, ausente estratégia concreta adicional voltada a dificultar a persecução penal, o mero uso do expediente administrativo-burocrático regular do órgão, como ordem de pagamento, empenho e cheque nominal, não fundamenta a exasperação da pena-base.

QUESTÃO 17

Sobre os aspectos penais da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é **CORRETO** afirmar:

- A) A redução de pena do tráfico privilegiado pode ser concedida ao agente primário que não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa, ainda que tenha Maus antecedentes, porque os requisitos legais da minorante são alternativos.

- B) Ao condenado por associação para o tráfico, o livramento condicional exige o cumprimento de dois terços da pena, fração da Lei de Drogas que prevalece sobre a regra geral do Código Penal por especialidade, embora o delito não seja equiparado a hediondo.
- C) A majorante do tráfico entre Estados da Federação exige a efetiva transposição da divisa estadual, não bastando a demonstração inequívoca de que a droga se destinava a outro Estado, sob pena de se punir a mera intenção do agente.
- D) O tráfico privilegiado é considerado equiparado a hediondo para fins de progressão de regime, de modo que o condenado nessa modalidade se submete às frações mais gravosas previstas na Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).
- E) Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz deve considerar apenas a natureza e a quantidade da substância apreendida, sendo vedado valorar o local e as condições da ação, as circunstâncias sociais e pessoais e os antecedentes do agente.

QUESTÃO 18

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a aplicação da pena, é **CORRETO** afirmar:

- A) Inquéritos policiais e ações penais em curso podem ser valorados como maus antecedentes para exasperar a pena-base, desde que haja pluralidade de procedimentos capaz de revelar a habitualidade criminoso ou a personalidade do acusado voltada ao crime.
- B) A mesma condenação anterior transitada em julgado pode ser considerada como circunstância judicial desfavorável na primeira fase e, ao mesmo tempo, como agravante da reincidência na segunda fase da dosimetria.
- C) A incidência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal na segunda fase da dosimetria, por força dos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade.
- D) No roubo circunstanciado, a presença de duas ou mais majorantes autoriza, por si só, o aumento acima da fração mínima na terceira fase, dispensando fundamentação concreta sobre o modo de execução e a gravidade do crime.

- E) A confissão espontânea abranda a pena ainda que não usada no convencimento do julgador e mesmo havendo outras provas suficientes, desde que não retratada, salvo se, nesse caso, tiver servido à apuração dos fatos.

QUESTÃO 19

Sobre a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e o feminicídio, considerando as alterações legislativas recentes, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A violência vicária, praticada contra descendente, ascendente, dependente, enteado, parente, pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher ou pessoa de sua rede de apoio, com vistas a atingi-la, é forma de violência doméstica e familiar.
- B) Nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ofendida decai do direito de queixa ou de representação se não o exercer no prazo de doze meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.
- C) No descumprimento de medida protetiva de urgência, punido com reclusão de dois a cinco anos e multa, a pena aumenta de um terço até a metade se houver violação de área de exclusão monitorada ou remoção do dispositivo sem autorização judicial.
- D) No feminicídio, punido com reclusão de vinte a quarenta anos, comunicam-se ao coautor ou partícipe as circunstâncias pessoais elementares que definem as razões da condição do sexo feminino, isto é, violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- E) A audiência de renúncia à representação deve ser designada pelo juiz em toda ação penal pública condicionada, antes do recebimento da denúncia, para confirmar a representação, ainda que a ofendida não tenha manifestado desejo de se retratar.

QUESTÃO 20

Sobre a Escola Clássica e o positivismo criminológico, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Para a Escola Clássica, o homem é ser livre e racional, razão pela qual a pena tem caráter retributivo, sem que isso signifique adesão a penas cruéis, pois os clássicos pregavam a humanização das penas e adotavam método lógico-dedutivo.

- B) Na fase sociológica do positivismo, manteve-se o livre-arbítrio como base da imputabilidade e a responsabilidade moral do delinquente, deslocando-se a razão de punir para a retribuição, tida como mais eficaz do que a prevenção geral.
- C) Na fase antropológica do positivismo, o crime deixou de ser visto como entidade jurídica e passou a ser tratado como fenômeno biológico, com o criminoso atávico, sem que se ignorassem fatores exógenos, tidos como desencadeadores da propulsão interna.
- D) Na fase jurídica do positivismo, formulou-se a noção de delito natural, como violação dos sentimentos altruísticos de piedade e probidade, além do conceito de temibilidade ou periculosidade e da necessidade da medida de segurança.
- E) A própria denominação Escola Clássica foi atribuída em tom pejorativo pelos positivistas, e seus autores partiram de duas matrizes, o jusnaturalismo e o contratualismo, este fundado na cessão de parcela da liberdade em prol da segurança coletiva.

QUESTÃO 21

Acerca dos parâmetros fixados pelo Supremo Tribunal Federal para a realização de investigações de natureza penal diretamente pelo Ministério Público, analise as assertivas a seguir:

- I. A instauração e o encerramento do procedimento investigatório criminal devem ser comunicados imediatamente ao juiz competente, com o devido registro e distribuição, e o procedimento deve observar os mesmos prazos e regramentos previstos para a conclusão dos inquéritos policiais.
- II. A prorrogação do prazo do procedimento investigatório criminal depende apenas de decisão fundamentada do próprio membro do Ministério Público, comunicada ao órgão de controle interno da instituição, reservando-se a autorização judicial às diligências sujeitas à reserva de jurisdição.
- III. O procedimento investigatório criminal deve ser distribuído por dependência ao juízo que primeiro conhecer de procedimento ou inquérito sobre os fatos, para evitar a duplicidade de investigações, e a ele se aplica a regra que, após o arquivamento, só admite novas pesquisas se houver notícia de outras provas.
- IV. A instauração do procedimento deve ser motivada sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública em infrações penais, e, havendo representação ao Ministério Público, a decisão de não instaurá-lo também deverá ser motivada.

É **CORRETA** a seguinte alternativa:

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- D) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- E) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 22

Considerando a disciplina da prisão preventiva no Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei nº 15.272/2025, e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na audiência de custódia, verificada circunstância que recomenda a conversão, como a prática da infração com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz pode converter de ofício o flagrante em preventiva, pois o exame dessas circunstâncias passou a ser obrigatório.

- B) O transcurso do prazo de noventa dias para a revisão da necessidade da prisão preventiva não acarreta, automaticamente, a revogação da custódia, e o dever de revisão periódica se estende até o fim do processo de conhecimento no tribunal de segundo grau.
- C) É incabível a decretação da prisão preventiva com base em alegações de gravidade abstrata do delito, devendo ser concretamente demonstrados a periculosidade do agente e o seu risco à ordem pública, à ordem econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.
- D) Na aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, devem ser considerados o modus operandi, a participação em organização criminosa, a natureza e a quantidade de drogas ou armas apreendidas e o fundado receio de reiteração delitiva.
- E) Na prisão em flagrante por crime contra a dignidade sexual, o Ministério Público ou a autoridade policial deverá requerer ao juiz a coleta de material biológico do custodiado para obtenção do perfil genético, preferencialmente na própria audiência de custódia.

QUESTÃO 23

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em matéria de prova penal, é **CORRETO** afirmar:

- A) O reconhecimento pessoal feito na fase policial sem as formalidades legais pode ser refeito em juízo, e o novo ato, se observar rigorosamente o art. 226 do CPP, basta para suprir o vício do primeiro e demonstrar a autoria delitiva.
- B) O procedimento formal de reconhecimento previsto no art. 226 do CPP é exigível mesmo quando a vítima apenas identifica pessoa que já conhecia antes do crime, pois a prova da autoria depende sempre da observância daquele rito.
- C) Nos crimes que deixam vestígios, a falta de exame pericial só pode ser suprida quando os vestígios tiverem desaparecido, sendo inviável demonstrar a materialidade por outros meios, por mais confiável e convergente que seja o conjunto probatório.
- D) No cumprimento de mandado de busca e apreensão, a verificação e a coleta preliminar de dados em aparelho celular pelo agente policial exigem a participação imediata de perito oficial, sob pena de quebra da cadeia de custódia.

- E) Declarada a nulidade da prova extraída de aparelho celular por falha em sua conservação, os dados armazenados no chip da operadora não são por isso atingidos, pois o chip não integra o aparelho e é fonte independente de prova.

QUESTÃO 24

Sobre o procedimento dos crimes da competência do Tribunal do Júri, à luz da jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A pronúncia não pode se basear exclusivamente em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, e o testemunho indireto, mesmo produzido em juízo, não basta, por si só, para sustentá-la.
- B) A soberania dos veredictos autoriza a imediata execução da condenação imposta pelo Conselho de Sentença apenas quando a pena aplicada for igual ou superior a quinze anos de reclusão, aguardando-se nos demais casos o julgamento da apelação.
- C) Em contextos de intimidação da prova, criminalidade organizada ou silenciamento imposto à testemunha, o testemunho indireto qualificado pode assumir maior relevo probatório, desde que submetido a controle judicial estrito e ao contraditório.
- D) O não comparecimento dos advogados à sessão plenária, que provoca o cancelamento do júri, não pode ser punido pelo juiz com sanção pecuniária, cabendo à Ordem dos Advogados do Brasil apurar eventual falta ética.
- E) Reconhecida a quebra da incomunicabilidade dos jurados, os efeitos da nulidade podem ser restringidos ao julgamento da corrê absolvida, sem extensão ao réu condenado que também deu causa ao vício.

QUESTÃO 25

Sobre o acordo de não persecução penal (ANPP), à luz da jurisprudência do STF e do STJ, é **CORRETO** afirmar:

- A) O ANPP pode ser celebrado nos processos em andamento quando da entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), ainda que ausente confissão do réu até aquele momento, desde que o pedido seja feito antes do recebimento da denúncia.

- B) Discordando da recusa ministerial em propor o acordo, o juiz pode examinar o mérito das razões invocadas pelo Ministério Público e, reputando-as desarrazoadas, determinar ao promotor natural que reformule sua posição e ofereça o acordo.
- C) A recusa do Ministério Público em propor o acordo, quando fundada em critérios subjetivos, não configura manifesta inadmissibilidade, de modo que o juiz, provocado pela defesa, deve remeter os autos ao órgão superior do Ministério Público.
- D) Nas investigações iniciadas após o julgamento do STF sobre o tema, a proposta de ANPP, ou a motivação para o seu não oferecimento, deve preceder o recebimento da denúncia, vedada ao Ministério Público a propositura do acordo no curso da ação penal.
- E) Nos processos em andamento na data do julgamento do STF sobre o tema, sem proposta nem motivação para o não oferecimento do ANPP, o Ministério Público só está obrigado a se manifestar sobre o cabimento do acordo se houver requerimento expresso da defesa.

QUESTÃO 26

Sobre a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), com as alterações promovidas pela Lei nº 14.843/2024, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão.
- B) O juiz poderá definir a fiscalização por monitoração eletrônica ao aplicar pena a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto, ao conceder progressão para esses regimes, ao aplicar restritiva de direitos que limite a frequência a lugares específicos e ao conceder livramento condicional.
- C) A violação comprovada dos deveres do condenado submetido à monitoração eletrônica pode acarretar, entre outras medidas, a revogação do livramento condicional e a conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade.
- D) Os condenados em regime semiaberto podem obter saída temporária, sem vigilância direta, para visita à família e para frequência a curso profissionalizante ou de instrução do ensino médio ou superior, salvo se condenados por crime hediondo ou com violência ou grave ameaça.

- E) O condenado por crime cometido com violência ou grave ameaça contra pessoa não tem direito à saída temporária nem ao trabalho externo sem vigilância direta, e, na saída para estudo, o tempo de saída será o necessário para as atividades discentes.

GRUPO TEMÁTICO III

QUESTÃO 27

Sobre a vigência das leis e as normas de segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, da validade de contrato administrativo cuja produção já se completou levará em conta as orientações gerais da época, vedada a invalidação de situações plenamente constituídas com base em mudança posterior de orientação geral.
- B) A decisão que estabelecer interpretação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável, exigência dirigida às esferas administrativa e controladora, que não alcança as decisões judiciais.
- C) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas sempre que agir com dolo ou com culpa em qualquer de suas modalidades, inclusive a levíssima, pois a responsabilidade pessoal do gestor segue o regime da culpa comum do direito civil.
- D) Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se automaticamente quando a lei revogadora perde a vigência, pois a repristinação tácita é a regra adotada pela LINDB para evitar o vácuo normativo na disciplina da matéria antes regulada.
- E) Nos Estados estrangeiros, quando admitida, a obrigatoriedade da lei brasileira se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, o mesmo prazo aplicado ao território nacional quando a própria lei não dispõe de modo diverso sobre sua vigência.

QUESTÃO 28

Considerando o regime da capacidade civil, da curatela e da tomada de decisão apoiada no Código Civil e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- B) Por ser medida protetiva, a curatela da pessoa com deficiência pode alcançar, desde que a sentença o fundamente, o direito ao matrimônio, à sexualidade e ao voto, quando o juiz entender a restrição proporcional às necessidades do curatelado.
- C) Após as alterações promovidas pelo Estatuto, apenas os menores de 16 anos são absolutamente incapazes, e os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade passaram a figurar entre os relativamente incapazes.
- D) A curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, que durará o menor tempo possível, e obriga o curador a prestar contas anualmente ao juiz.
- E) É facultado à pessoa com deficiência adotar o processo de tomada de decisão apoiada, e, se estiver institucionalizada e for submetida à curatela, o juiz deve dar preferência a curador com vínculo familiar, afetivo ou comunitário.

QUESTÃO 29

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre regime de bens, união estável e relações de família, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A sobrepartilha não serve para corrigir arrendimento sobre a divisão já feita, e, na comunhão parcial, a esposa que se dedicou só ao lar tem direito à meação do incremento patrimonial do casamento, sem provar contribuição financeira direta.
- B) O cônjuge casado sob comunhão parcial pode doar, sem outorga do outro, imóvel particular adquirido antes do casamento, pois o bem não integra a comunhão, e a exigência de autorização só se justificaria diante de prova de prejuízo à meação.

- C) O requisito da publicidade da união estável não admite relativização, de modo que a união homoafetiva mantida de forma discreta, conhecida apenas por círculo restrito de amigos, não pode ser reconhecida após a morte de um dos companheiros.
- D) No regime da separação convencional de bens, a construção erguida em terreno adquirido por ambos os cônjuges em partes iguais pertence exclusivamente a quem a custeou, cabendo ao outro cônjuge provar sua contribuição para ter direito a alguma fração.
- E) O abandono afetivo pelo pai registral não autoriza a supressão do sobrenome paterno, pois o princípio da imutabilidade do nome só cede nas hipóteses taxativamente previstas na Lei de Registros Públicos, entre as quais não se inclui essa situação.

QUESTÃO 30

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre direito das sucessões, inventário e partilha, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Herdeiros maiores e capazes podem celebrar partilha amigável com quinhões desiguais, desde que haja consenso e prévia cessão de direitos hereditários, feita a partir da abertura da sucessão e antes da partilha, sem que o juiz possa exigir equivalência matemática.
- B) Se o falecido deixou bens digitais cuja senha os herdeiros desconhecem, deve ser instaurado incidente de identificação, classificação e avaliação desses bens, paralelo ao inventário, para que o juízo examine seu conteúdo e a possibilidade de partilha.
- C) Não se homologa ato notarial estrangeiro que confirme testamento particular e promova a partilha de bens situados no Brasil, por se tratar de matéria de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, ainda que haja consenso entre as herdeiras.
- D) O direito real de habitação do cônjuge sobrevivente recai, em regra, sobre o imóvel residencial em que o casal morou por mais tempo durante o casamento, ainda que o casal tenha se mudado dali para outro imóvel do acervo antes do óbito.
- E) O imóvel qualificado como bem de família continua impenhorável na execução fiscal ainda que esteja incluído em ação de inventário, sendo indevido condicionar a proteção à conclusão do inventário e ao registro do bem em nome do herdeiro.

QUESTÃO 31

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre responsabilidade civil, imprensa, internet e dano moral, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A remoção, por provedor de aplicação de internet, de vídeos com desinformação médica sobre a Covid-19 contrária a diretrizes públicas de saúde e às políticas de uso aceitas pelo usuário configura censura privada e gera dever de indenizar o autor do conteúdo.
- B) A condição de empresário conhecido, envolvido em disputas judiciais de relevante interesse público, reduz a proteção de sua privacidade e reforça a liberdade de informação e de crítica jornalística, mesmo diante de opiniões severas ou irônicas.
- C) A exibição, sem nova autorização, da imagem de pessoa que aparece de forma accidental e por poucos segundos em documentário sobre crime de grande repercussão gera dano moral indenizável, pois o uso não autorizado da imagem basta para configurar o prejuízo.
- D) Na morte de filho vítima de homicídio enquanto estava sob a guarda de instituição de ensino, o dano moral dos genitores depende da comprovação concreta do abalo psíquico sofrido, não podendo ser presumido apenas pela gravidade do evento e pelo parentesco.
- E) A oferta irregular de cursos superiores e a terceirização ilícita de atividades acadêmicas só configuram dano moral coletivo se comprovado efetivo abalo moral da coletividade, não bastando a violação injusta e intolerável de direitos extrapatrimoniais.

QUESTÃO 32

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre posse, propriedade, condomínio e bem de família, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A simples disponibilização de unidade autônoma em plataforma digital de hospedagem por curta estadia descaracteriza, por si só, a destinação residencial prevista na convenção, ainda que ausentes a exploração econômica reiterada e a profissionalização do serviço.
- B) O recibo de compra e venda não basta para preencher o requisito do justo título na usucapião ordinária, que exige instrumento revestido da forma legal de transmissão, como a escritura pública ou o compromisso de compra e venda registrado.

- C) A impenhorabilidade do imóvel residencial da entidade familiar não pode ser relativizada com base no alto valor de mercado do bem, não cabendo ao juiz criar solução intermediária, como a venda com reserva de parte do preço para compra de outra moradia.
- D) Segundo o STJ, por se tratar de simples limitação administrativa, e não de bem público, o imóvel situado em Área de Preservação Permanente pode ser adquirido por usucapião, desde que preenchidos os requisitos civis da modalidade invocada pelo possuidor.
- E) Se o imóvel foi hipotecado pelo garantidor quando ainda solteiro, a união estável e o nascimento de filho posteriores à garantia impedem o reconhecimento da impenhorabilidade, ainda que comprovado o uso do bem como residência da entidade familiar.

QUESTÃO 33

Sobre a atuação do Ministério Público no processo civil, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A participação da Fazenda Pública no processo configura, por si só, hipótese de intervenção obrigatória do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, que será intimado para se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias.
- B) Tramitando o processo sem conhecimento do membro do Ministério Público que deveria intervir, a nulidade só pode ser decretada após a intimação da instituição, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- C) O Ministério Público goza de prazo em dobro para se manifestar nos autos, contado de sua intimação pessoal, benefício que se aplica inclusive quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio e específico para a instituição.
- D) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando, no exercício de suas funções, agir com dolo ou fraude, e também quando atuar com culpa grave na elaboração de parecer ou na condução do processo em que intervém.
- E) O Ministério Público somente tem legitimidade para propor ação rescisória quando não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção, não podendo ajuizá-la nos casos de simulação ou de colusão das partes para fraudar a lei.

QUESTÃO 34

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre recursos, precedentes e meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A fundamentação por referência é permitida desde que o julgador, ao reproduzir trechos de decisão anterior ou de parecer como razões de decidir, enfrente, ainda que de forma sucinta, as novas questões relevantes, podendo o colegiado reproduzir os fundamentos da decisão agravada se o agravo interno não trouxer argumento novo.
- B) A multa por agravo interno manifestamente inadmissível ou improcedente não pode incidir quando o recurso é interposto apenas para exaurir a instância ordinária e viabilizar o recurso especial ou extraordinário, ainda que a decisão agravada esteja baseada em precedente qualificado do STJ ou do STF.
- C) Não são cabíveis embargos de divergência para discutir a modulação de efeitos aplicada no julgamento de recurso especial repetitivo, pois isso configuraria revisão da regra técnica de julgamento utilizada pelo órgão fracionário competente para o exame da questão de mérito.
- D) Ainda que a tese vinculante firmada pelo STF tenha aplicação imediata, sem depender do trânsito em julgado do precedente, não se mostra conveniente o exercício de juízo de retratação pelo STJ antes do trânsito em julgado da tese vinculante.
- E) Não é cabível reclamação contra ato proferido por órgão julgador do próprio STJ, pois a medida se destina a preservar a competência e a autoridade das decisões da Corte perante os demais juízos e tribunais, não servindo como sucedâneo recursal.

QUESTÃO 35

Considere as seguintes assertivas sobre a tutela provisória, nos termos do Código de Processo Civil:

- I. Na tutela da evidência, que dispensa a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, o juiz poderá decidir liminarmente quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- II. Concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar, nos mesmos autos e sem incidência de novas custas, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.
- III. A decisão que concede a tutela antecipada estabilizada não faz coisa julgada, e o direito de rever, reformar ou invalidar a tutela extingue-se após 2 (dois) anos, contados da ciência da decisão que extinguiu o processo.
- IV. O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal nem influi no julgamento deste, salvo se o motivo do indeferimento for a ausência de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

É **CORRETA** a seguinte alternativa:

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- D) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- E) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 36

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre cumprimento de sentença, execução e penhora, é **CORRETO** afirmar:

- A) Após a entrada em vigor do CPC de 2015, a intimação do devedor na pessoa de seu advogado, pelo Diário da Justiça, basta para que passe a incidir a multa coercitiva pelo descumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer fixada na decisão judicial, dispensada a intimação pessoal.
- B) Nas execuções cíveis regidas só pelo CPC, os meios executivos atípicos cabem desde que, cumulativamente, se ponderem efetividade e menor onerosidade, sejam prioritariamente subsidiários, tenham fundamentação adequada e respeitem contraditório e proporcionalidade.

- C) O juiz pode reduzir o valor acumulado da multa periódica já vencida quando alcançados patamares elevados, pois a modificação das astreintes, verificado o excesso, alcança tanto a multa vincenda quanto a multa vencida e ainda não paga.
- D) Na execução fiscal, a reiteração automática de ordens de bloqueio de ativos financeiros via SISBAJUD é medida excepcional, cabendo ao exequente demonstrar a falta de meio menos gravoso, e o seu indeferimento dispensa fundamentação concreta.
- E) Na execução individual de título coletivo em favor de servidores públicos, a prévia liquidação do julgado é requisito indispensável, e sua ausência impõe a extinção do cumprimento, ainda que o crédito dependa de simples cálculos aritméticos.

QUESTÃO 37

Sobre intervenção de terceiros, desconsideração da personalidade jurídica e amicus curiae, considerando o Código de Processo Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Nas relações civis e empresariais, a inexistência de bens penhoráveis somada ao encerramento irregular das atividades da sociedade basta para a desconsideração da personalidade jurídica, dispensada a prova de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- B) A sucessão empresarial e a desconsideração da personalidade jurídica são institutos autônomos, de modo que é vedado aplicar automaticamente a desconsideração com base apenas na ocorrência de sucessão entre sociedades empresárias.
- C) O juízo federal que exclui do processo a União, cuja presença motivou a remessa dos autos, deve restituí-los ao juízo estadual sem suscitar conflito de competência, e eventual inconformismo com a exclusão deve ser veiculado pelas vias recursais ordinárias.
- D) O amicus curiae, admitido por decisão irrecorrível do juiz ou do relator, não pode interpor recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a impugnação da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas, e sua intervenção não altera a competência.

- E) Dispensa-se a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica se o pedido for formulado na petição inicial, hipótese em que o sócio ou a pessoa jurídica será citado, sem que o processo fique suspenso.

QUESTÃO 38

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a Fazenda Pública em juízo, os honorários de sucumbência e o cumprimento de sentença, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) É possível adequar os índices de correção monetária fixados em título exequendo transitado em julgado aos parâmetros supervenientes, aplicando o IPCA-E às condenações da Fazenda Pública, sem que isso importe violação à coisa julgada.
- B) Nas demandas em que se pleiteia do Poder Público a satisfação do direito à saúde, os honorários fixados por apreciação equitativa devem observar os valores recomendados pelo Conselho Seccional da OAB ou o mínimo de dez por cento, aplicando-se o que for maior.
- C) Extinta a execução fiscal por perda superveniente do objeto, em razão de pagamento administrativo feito após o ajuizamento, mas antes da citação, não cabe condenar o executado em honorários, pois a relação processual ainda não havia se completado.
- D) Vencida a União em ação civil pública ajuizada por sindicato, cabe sua condenação em honorários de sucumbência, pois o sindicato se equipara às associações civis, em favor das quais se afasta a regra de simetria da Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública).
- E) Quando a mesma sentença impõe à Fazenda Pública a obrigação de implantar vantagem em folha de pagamento e a de pagar as parcelas vencidas, o prazo prescricional da obrigação de pagar fica suspenso enquanto não cumprida a implantação.

QUESTÃO 39

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a proteção integral da criança e do adolescente, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A ação que busca modificar a guarda deve tramitar no foro em que a criança exerce, com regularidade, a convivência familiar e comunitária, especialmente diante de indícios de violência doméstica contra a genitora e, possivelmente, contra a própria criança.
- B) O abandono da ação de alimentos ajuizada em favor de criança ou adolescente pelo seu representante legal configura conflito de interesses apto a autorizar a nomeação da Defensoria Pública como curadora especial do alimentando.
- C) Na entrega voluntária de recém-nascido para adoção, o exercício tempestivo do direito de arrendimento pelos pais biológicos implica a automática revogação da adoção, sendo irrelevante a consolidação da situação fática com a família adotiva.
- D) O procedimento de averiguação oficiosa de paternidade tem natureza administrativa, não é condição para a ação investigatória e pressupõe prévia indicação do suposto pai, não havendo dever judicial de intimar a genitora que se recusa expressamente a indicá-lo.
- E) Formados vínculos socioafetivos, é possível manter a criança sob a guarda provisória da família acolhedora, mesmo após o descadastramento voluntário desta do programa de acolhimento, até o julgamento final da ação de destituição do poder familiar.

QUESTÃO 40

Sobre a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), considerando inclusive as alterações legislativas recentes, é **CORRETO** afirmar:

- A) Os crimes definidos no Estatuto da Pessoa Idosa são de ação penal pública incondicionada, mas, quando praticados contra ascendente, aplicam-se a eles as imunidades penais absolutas e relativas previstas nos arts. 181 e 182 do Código Penal.

- B) Aos maiores de 65 anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, mas o acesso ao benefício depende de carteira específica expedida pelo órgão gestor local, não bastando documento pessoal que prove a idade.
- C) Aos crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa e aos crimes praticados com violência contra a pessoa idosa, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais).
- D) As transações relativas a alimentos celebradas perante o Promotor de Justiça ou o Defensor Público, que as referendará, passam a ter efeito de título executivo judicial, dispensada a homologação pelo juiz competente.
- E) Às pessoas idosas a partir de 60 anos que não possuam meios de prover a própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social.

QUESTÃO 41

Considerando o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é **CORRETO** afirmar:

- A) As vítimas do desastre ambiental ocorrido em Brumadinho enquadram-se como consumidoras por equiparação, de modo que às ações indenizatórias dele decorrentes se aplica o prazo prescricional de cinco anos previsto no Código de Defesa do Consumidor.
- B) Não é abusiva a cláusula que limita o número de sessões de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional prescritas ao paciente com Transtorno do Espectro Autista, desde que a restrição conste de forma clara e destacada no contrato.
- C) A recusa indevida de cobertura médico-assistencial por operadora de plano de saúde gera, por si só, dano moral presumido, dispensando qualquer outro elemento que demonstre alteração anímica da vítima além do mero aborrecimento.
- D) No processo de repactuação de dívidas do consumidor superendividado, podem ser incluídas as dívidas oriundas de financiamentos imobiliários e de crédito rural, desde que decorrentes de relação de consumo e preservado o mínimo existencial.

- E) O regime de prevenção e tratamento do superendividamento alcança o consumidor pessoa natural de boa-fé ainda que suas dívidas decorram da aquisição de produtos e serviços de luxo de alto valor, desde que exigíveis e vincendas.

QUESTÃO 42

Acerca do dano e da responsabilidade ambiental na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A edificação de rancho de pesca com destinação exclusiva de lazer em área de preservação permanente não se enquadra na exceção do Código Florestal relativa às atividades de ecoturismo e de turismo rural.
- B) A omissão estatal no fornecimento de água potável caracteriza dano moral coletivo indenizável, por comprometer a dignidade, a saúde pública e o meio ambiente equilibrado, sendo desnecessária a prova de sofrimento emocional concreto.
- C) A colocação no mercado de agrotóxico com fórmula alterada sem a devida comunicação e aprovação lesa direitos transindividuais e impõe a reparação por danos materiais, sem óbice à fixação imediata do quantum indenizatório.
- D) É área de preservação permanente a restinga em faixa mínima de trezentos metros a partir da linha preamar máxima e, em qualquer localização ou extensão, a recoberta por vegetação fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues.
- E) O uso de trator para desmatar floresta em unidade de conservação não autoriza a apreensão e o perdimento do bem quando o proprietário demonstra sua boa-fé por meio de contrato de locação do equipamento firmado com o infrator.

QUESTÃO 43

Considerando a Lei nº 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens), alterada pela Lei nº 14.066/2020, e a Lei Estadual nº 23.291/2019 (Política Estadual de Segurança de Barragens), analise as assertivas.

- I. É proibida a construção ou o alteamento de barragem de mineração pelo método a montante, e a entidade reguladora e fiscalizadora da atividade minerária pode prorrogar o prazo de descaracterização dessas barragens, por inviabilidade técnica, desde que a decisão, para cada estrutura, seja referendada pela autoridade licenciadora do Sisnama.
- II. É vedada a implantação de barragem de mineração cujos estudos de cenários de ruptura identifiquem comunidade na zona de autossalvamento (ZAS), e, se ela for identificada em barragem já em operação, cabe ao empreendedor escolher entre descaracterização, reassentamento ou obras de reforço.
- III. A responsabilidade do empreendedor pela reparação dos danos decorrentes de rompimento, vazamento ou mau funcionamento da barragem independe de culpa, e o Plano de Ação de Emergência é obrigatório para todas as barragens de acumulação ou disposição de rejeitos de mineração, qualquer que seja sua classificação de dano potencial associado e de risco.
- IV. No licenciamento de barragens em Minas Gerais, a Licença de Operação depende da aprovação do Plano de Ação de Emergência, mas as exigências de cada etapa podem ser inseridas como condicionantes da etapa seguinte, se houver cronograma de cumprimento.

É **CORRETA** a seguinte alternativa:

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- D) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- E) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 44

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e das súmulas vinculantes sobre o fornecimento de medicamentos pela via judicial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A ausência de inclusão do medicamento nas listas de dispensação do Sistema Único de Saúde impede, como regra geral, o seu fornecimento por decisão judicial, independentemente do custo do fármaco.

- B) A concessão judicial de medicamento registrado na ANVISA, mas não incorporado às listas do SUS, é excepcional e exige requisitos cumulativos, com ônus da prova do autor, como a negativa administrativa e a incapacidade financeira.
- C) Na concessão excepcional de medicamento não incorporado, a eficácia e a segurança do fármaco devem estar respaldadas, à luz da medicina baseada em evidências, unicamente em ensaios clínicos randomizados e revisão sistemática ou meta-análise.
- D) Tramitam na Justiça Federal as demandas relativas a medicamentos registrados na ANVISA e não incorporados ao SUS quando o valor anual do tratamento, pelo Preço Máximo de Venda do Governo, for igual ou superior a 210 salários mínimos.
- E) Ao apreciar pedido de medicamento não incorporado, o juiz pode fundamentar a concessão unicamente em laudo médico fundamentado juntado pelo autor, sendo facultativa a consulta prévia ao NATJUS, ainda que disponível na jurisdição.

QUESTÃO 45

Em sentença notificada ao Estado brasileiro em março de 2025, a Corte Interamericana de Direitos Humanos julgou o caso das Comunidades Quilombolas de Alcântara, no Maranhão, cujos territórios foram afetados pela instalação e pelo funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Sobre o que a Corte Interamericana decidiu nesse caso, é **CORRETO** afirmar:

- A) Por não se enquadrarem como povos indígenas, as comunidades quilombolas não foram consideradas titulares do direito à consulta prévia, livre e informada, de modo que a condenação se limitou à demora na titulação do território e à ineficácia dos recursos internos.
- B) O Estado reconheceu integralmente sua responsabilidade internacional, inclusive quanto ao deslocamento forçado das comunidades para agrovilas e à discriminação estrutural, razão pela qual a Corte se limitou a homologar o reconhecimento e a fixar as reparações.
- C) A concessão de títulos individuais em vez do reconhecimento da propriedade coletiva e a falta de medidas compensatórias pelas restrições ao uso do território nas “janelas de lançamento” violaram os direitos à propriedade coletiva e à livre circulação.

- D) Entre as medidas de reparação, a Corte ordenou a titulação coletiva de toda a área reivindicada, inclusive a destinada ao CLA, e a desativação progressiva da base, por considerar incompatível com a propriedade comunal qualquer atividade estatal no território.
- E) A Corte afastou a alegação de discriminação, por entender que as desigualdades de origem histórica suportadas pelas comunidades não podem ser imputadas ao Estado, ficando a responsabilidade internacional restrita às garantias judiciais e à proteção judicial.

QUESTÃO 46

Considerando a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e a Lei nº 13.465/2017 (Lei da Regularização Fundiária Rural e Urbana), é **CORRETO** afirmar:

- A) Na usucapião especial coletiva de imóvel urbano, o juiz atribuirá a cada possuidor fração ideal de terreno proporcional à dimensão da área que efetivamente ocupe, salvo acordo escrito entre os condôminos estabelecendo frações ideais diferenciadas.
- B) A Reurb promovida mediante legitimação fundiária pode alcançar núcleos urbanos informais formados a qualquer tempo, bastando que sejam ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarada em ato do Poder Executivo municipal.
- C) O Ministério Público não figura entre os legitimados a requerer a Reurb, cabendo-lhe apenas intervir como fiscal da ordem jurídica, ao passo que a Defensoria Pública pode requerê-la em nome dos beneficiários hipossuficientes.
- D) O requerimento de Reurb pelo loteador que deu causa ao núcleo informal não o exime de responsabilidade administrativa, civil ou criminal, e, no parcelamento feito por particular, a conclusão da Reurb gera regresso a quem suportou os custos.
- E) O direito de preempção incide nas áreas fixadas em lei municipal, com vigência não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência, mas se esgota com a primeira alienação onerosa do imóvel no período.

QUESTÃO 47

Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a ação civil pública, é **CORRETO** afirmar:

- A) O sindicato de profissionais da educação tem legítimo interesse para propor ação civil pública buscando a condenação ao pagamento de diferenças de complementação do FUNDEB, pois parte desses recursos é subvinculada por lei à remuneração da categoria.
- B) É legítimo o ajuizamento em massa, pelo Município, de ações civis públicas individualizadas para demolir imóveis de moradores de baixa renda em loteamentos cuja regularização lhe incumbe, pois a tutela da ordem urbanística dispensa outra demonstração.
- C) Na execução individual de sentença coletiva contra pessoa jurídica, a competência territorial é sempre a do foro da sede do executado, ainda que a obrigação discutida tenha sido contraída por meio de agência ou sucursal situada em outra localidade.
- D) Em ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, a reunião por conexão não se submete à regra de que a conexão não determina a reunião se um dos processos já foi julgado, fixando-se a competência no juízo que primeiro conheceu de uma delas.
- E) Configura dano moral coletivo, a ser reparado em ação civil pública, a entoação de juramento de conteúdo misógino em trote universitário, dirigido a grupo restrito de estudantes, ainda que a repercussão decorra só da divulgação posterior por terceiros.

QUESTÃO 48

Sobre os aspectos processuais da ação regida pela Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O acordo de leniência não afasta o dever de reparação integral do dano, que pode ser postulada em ação própria ou na própria ação por improbidade administrativa, sem relação de prejudicialidade entre o acordo e essa ação.
- B) A conversão da ação de improbidade em ação civil pública deve ocorrer no primeiro grau de jurisdição, antes da sentença, cabendo ao magistrado de primeira instância decidir a respeito, em decisão impugnável por agravo de instrumento.

- C) Na multa civil aplicada em condenação por ato de improbidade, a correção monetária e os juros de mora incidem somente a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, momento em que o valor da sanção se torna definitivo.
- D) Não é compatível com a finalidade da lei o ajuizamento de ação de improbidade destinada exclusivamente a declarar ato ímprobo de beneficiário de acordo de colaboração premiada, sem imposição de sanções além das já ajustadas.
- E) Não configura reformatio in pejus a recapitulação, pelo tribunal, da conduta de violação de princípios para enriquecimento ilícito, se o Ministério Público apelou para obter as sanções próprias dessa modalidade, em especial a perda dos valores.

QUESTÃO 49

Considere as seguintes assertivas sobre os instrumentos de atuação extrajudicial do Ministério Público, à luz das resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público:

- I. O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, não é condição de procedibilidade para o ajuizamento da ação civil pública e deve ser concluído no prazo de um ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente.
- II. O procedimento administrativo instaurado para acompanhar o cumprimento das cláusulas de acordo de não persecução cível, uma vez arquivado pelo membro do Ministério Público, deve ter os autos remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação do arquivamento.
- III. Não sendo titular dos direitos concretizados no compromisso de ajustamento de conduta, o Ministério Público não pode fazer concessões que impliquem renúncia a eles, e o compromisso pode ser tomado em qualquer fase da investigação ou no curso da ação judicial.
- IV. Em casos que reclamam urgência, o Ministério Público poderá, de ofício, expedir recomendação e instaurar posteriormente o respectivo procedimento, sendo certo que a recomendação, por depender do convencimento decorrente de sua fundamentação, não tem caráter coercitivo.

É **CORRETA** a seguinte alternativa:

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.

D) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

E) Os itens I, II, III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 50

Sobre o processo estrutural no âmbito da tutela coletiva, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O processo estrutural caracteriza-se por decisão única e exaustiva, que define desde logo todas as providências de execução, sendo incompatível com essa técnica a edição de provimentos posteriores destinados a especificar ou ajustar as medidas fixadas.
- B) A decisão estrutural é aquela que busca implantar uma reforma estrutural em um ente, organização ou instituição, com o objetivo de concretizar um direito fundamental, realizar determinada política pública ou resolver litígios complexos.
- C) A noção de decisão estrutural remonta ao direito norte-americano, em especial ao caso *Brown v. Board of Education*, a partir do qual a Suprema Corte passou a desenvolver técnicas para efetivar a superação do sistema de ensino segregado.
- D) Segundo o STJ, diante da omissão estatal em regulamentar a atuação policial em manifestações públicas, cabe determinar a elaboração de plano dialógico, a ser apresentado, acompanhado e aprovado pelo juízo da execução, em vez de um comando condenatório único.
- E) Os litígios estruturais envolvem conflitos de alto grau de complexidade, cuja solução depende da atuação conjunta e coordenada de diversos entes e órgãos, cabendo ao Poder Judiciário papel de mediação e coordenação das medidas a serem efetivadas.

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.